

----- **ACTA N.º 22/2009** -----

-----Aos dezoito dias do mês de Novembro de 2009, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva, que integrou a mesa da Vereação logo após a apreciação do pedido de suspensão apresentado pela Senhora Vereadora Maria José Costa.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

----- **SUSPENSÃO DE MANDATO** -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento de que foi recepcionado na autarquia um requerimento que se anexa a esta acta (**anexo I**), apresentado pela Senhora Vereadora Maria José Rosa Marques Costa, com o registo de entrada n.º 14073, de 16/11/2009, no qual solicita, nos termos do artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a suspensão do seu mandato, enquanto Vereadora da Câmara Municipal de Celorico da Beira pelo Partido Socialista, fundamentando o presente pedido em motivos profissionais, pelo período de 365 dias. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções e dois votos a favor, e após análise do pedido apresentado e estando o mesmo instruído em conformidade com a lei em vigor, aceitar a suspensão da Senhora Vereadora Maria José Rosa Marques Costa, por um período de 365 dias.-----

-----Abstiveram-se os Senhores Vereadores Júlio Santos e Victor Santos.-----

-----Votaram a favor o Senhor Vereador José Luís e o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **SUBSTITUIÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARIA JOSÉ ROSA MARQUES COSTA** -----

-----Apreciado o pedido de suspensão do mandato apresentado pela Senhora Vereadora Maria José Rosa Marques Costa, procedeu-se de acordo com o previsto no n.º 6, do artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, à sua substituição pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, **Dr. António Graça Silva**, conforme estipula o artigo 79.º do mesmo diploma legal, cuja identidade e legitimidade é do conhecimento pessoal de todos os presentes e que tinha sido convocado de acordo com o estipulado nos n.º 7, do artigo 77.º e no n.º 4, do artigo 76.º, ambos da Lei supra citada.-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento da informação interna elaborada pelo Gabinete Jurídico da autarquia, relativamente ao pedido formulado pelo Senhor Vereador Júlio Santos, na última reunião de

executivo, onde solicitava a declaração de nulidade das deliberações, relativas aos assuntos: “Subsídio ao Sporting Clube Celoricense” e “Cedência de Materiais”. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** começou por dizer que pretendia ser esclarecido sobre três assuntos, a saber, Festival do Borrego, Piscinas Municipais e Creche Municipal. -----

-----Relativamente ao Festival do Borrego referiu que gostaria de saber mais pormenores, designadamente, do que se trata, bem como em que moldes funciona. Disse ainda que gostaria de ter acesso a toda a documentação e saber quando, onde e porque se realiza este evento. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que o pedido de esclarecimentos do Senhor Vereador relativamente a este evento lhe causava alguma estranheza, uma vez que o Senhor Vereador, no último festival foi uma presença assídua. -----

-----Deu conhecimento de que este será o 3.º Festival do Borrego, irá realizar-se na Freguesia da Carrapichana e será feito nos mesmos moldes dos anteriores, promovendo os produtos endógenos da região. Deu conhecimento de que este Festival, na edição do ano passado, foi reconhecido a nível nacional, tendo recebido o Prémio Turismo de Portugal. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que, naturalmente que a Câmara tem uma política de promoção do turismo no concelho, presumindo que a realização deste Festival esteja incluída nesse plano e aí definido, pelo que, gostaria de ser esclarecido relativamente a este processo e questionou se existe algum regulamento, que estabeleça regras e critérios para a realização deste evento. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por cumprimentar todos os presentes e congratular o Senhor Presidente da Câmara pela sua postura aquando da tomada de posse e na confiança que depositou na sua pessoa. -----

-----Relativamente à questão colocada pelo Senhor Vereador Júlio Santos sobre o Festival do Borrego, disse que este Festival pertence ao executivo anterior e como tal foi objecto de apreciação nessa altura. -----

-----Deu conhecimento da criação da Confraria do Borrego pelo executivo anterior, bem como, da divulgação e promoção de um outro produto endógeno, com a realização do Festival da Castanha, na freguesia de Prados. -----

-----Disse que a autarquia tem desenvolvido e desenvolveu no executivo anterior, uma política de divulgação e expansão dos produtos endógenos do concelho e é neste alinhamento que aparecem novamente estes eventos, que são dotados de recursos próprios, procurando-se para o efeito efectuarem-se candidaturas que permitam a sua realização, com um mínimo de esforço financeiro, por parte da autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** relativamente à Creche Municipal, pretendeu saber se existe algum Protocolo com a Segurança Social. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** interpelou o Senhor Vereador sobre quem foi o autarca que teve a iniciativa do desenvolvimento daquela creche e em que moldes. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** esclareceu que a Creche Santa Luzia foi criada para substituir a creche “O Moinho”, durante o período em que esteve fechada, tendo servido assim, como um espaço alternativo. Disse que o executivo daquela altura celebrou um Protocolo com uma IPSS (ADCC), esta por sua vez celebrou um Protocolo com a Segurança Social, para que a creche pudesse ser financiada. -----

-----De seguida, proferiu o seguinte:-----

-----“Requeiro informação exacta a ser presente na próxima reunião de executivo, sobre o número de funcionários da Creche/Jardim de Infância/ATL Municipais, bem como, o número de utentes das três valências.” -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** no seguimento do proferido pelo Senhor Vereador solicitou que o Gabinete de Acção Social elaborasse um levantamento das instituições, com as valências de Creche/ATL/Jardim de Infância, a nível do concelho, bem como, a informação sobre quadros de pessoal e respectivo alvará, de forma a terem uma percepção desta realidade, para bem do concelho. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que, uma vez que os recursos financeiros da autarquia são escassos, a Câmara deveria tentar encontrar uma forma de protocolar com uma IPSS e com a Segurança Social, o funcionamento daquela Creche, para que a mesma pudesse ser financiada. Referiu que não é contra a Creche, mas considera um desperdício o facto de não usufruírem deste tipo de incentivos. -----

-----De seguida, pretendeu saber o porquê das Piscinas Municipais estarem fechadas, uma vez que, foram objecto de obras há relativamente pouco tempo. Questionou também, se o facto de as Piscinas não terem água, não fará com que se degradem ainda mais. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que as Piscinas Municipais terão de ser objecto de um estudo geotécnico, tendo sido já solicitado um orçamento ao Instituto Politécnico da Guarda, para a sua realização, de forma a poderem aferir o comportamento da estrutura, para posteriormente ser objecto de uma intervenção. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos, o Senhor Presidente propôs o agendamento na ordem de trabalhos, do seguinte ponto: -----

----- **FIXAÇÃO DE VEREADOR NOS TERMOS DO N.º 2, DO ART. 58.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18/9, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO.** -----

-----**Posto o assunto a votação, foi deliberado aprovar por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Júlio Santos, a inclusão do assunto supra mencionado.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06/11/2009**-----

-----Foi presente a acta número 21, da reunião ordinária do Executivo de 06/11/2009, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção, do Senhor Vereador António Silva.**-----

-----Na sequência da aprovação da acta da reunião anterior, o Senhor **Vereador Júlio Santos** relativamente ao Parecer do Gabinete Jurídico que lhe foi entregue, referiu o seguinte: -----

-----“O Parecer Jurídico assinado pela Senhora Jurista da Câmara Municipal (avençada, segundo informação prestada neste momento pelo Senhor Presidente da Câmara) tem o valor que tem, isto é, é um parecer o qual na minha opinião está errado juridicamente. Assim sendo, mais uma vez requeiro a certidão de deliberação a fim de, em nome da Câmara Municipal a impugnar junto do Tribunal Administrativo de Castelo Branco.”--

-----**II - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE SINALIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Empresa Municipal Celoricense, E.M.**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 175/2009, datada de 05/11/2009, referindo que a Empresa Municipal Celoricense de Celorico da Beira, solicitou autorização para alteração da sinalética no parque do Centro Coordenador de Transportes, pelo facto de a sinalização existente não ser a mais correcta, alegando também a necessidade da criação de nova sinalética para o estacionamento de viaturas da Empresa Municipal Celoricense no referido parque.-----

-----Informam ainda, que após deslocação ao local, verifica-se que o sinal colocado, além de não cumprir o D.R. n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, não é o sinal de proibição correcto que deveria ser utilizado no caso em apreço. A sinalização a aprovar e a colocar na entrada do recinto do Centro Coordenador de Transportes deverá ser, um sinal C2 (trânsito proibido), em conjunto com um painel adicional Modelo 10a, com os dizeres “EXCEPTO TRANSPORTES PÚBLICOS”, e com um painel adicional Modelo 10a, com os dizeres “EXCEPTO VEÍCULOS DA EMCEL”.-----

-----No que respeita à sinalização de estacionamento das viaturas da EMCEL dentro do Centro Coordenador de Transportes, é referido que a Câmara Municipal não tem que se pronunciar pela sinalização colocada ou a colocar em propriedade privada.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que futuramente, as informações técnicas sejam acompanhadas de todo o processo, bem como, as actas dos anexos, de forma a disponibilizar os documentos necessários para uma correcta análise antes da reunião.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** subscreveu o que foi dito pelo Senhor Vereador Victor Santos. -----

-----A Câmara Municipal deliberou por maioria, com uma abstenção, do Senhor Vereador Júlio Santos, aprovar a colocação de um sinal C2 (trânsito proibido), em conjunto com um painel adicional Modelo 10a com os dizeres “EXCEPTO TRANSPORTES PÚBLICOS”, e com um painel adicional Modelo 10a, com os dizeres “EXCEPTO VEÍCULOS DA E.M.CEL.”, devendo os mesmos ser devidamente registados e cadastrados. -----

-----**ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE LOMBAS JUNTO À ESCOLA PRIMÁRIA EM ALDEIA RICA** -----

-----**Requerente: Luís Morais Rodrigues**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º 177/2009, datada de 05/11/2009, referindo que a autarquia recebeu um requerimento do Sr. Luís Morais Rodrigues, morador em Aldeia Rica, a solicitar a colocação de três lombas junto à Escola daquela aldeia, para prevenção de acidentes. Uma vez que se trata de um local com passagem de crianças com grande frequência, informam que no local referenciado não existe qualquer passeio destinado aos peões, o que torna mais difícil garantir a segurança de quem por ali passa, não apenas das crianças que se encontram a frequentar aquela Escola, como também dos residentes naquela aldeia. -----

-----Verificada a sinalização de trânsito colocada junto à Escola, é comprovada a existência de dois sinais A14 (Crianças) e dois sinais H7 (passagem para peões). Sabendo que actualmente apenas oito crianças frequentam aquela Escola e que são levadas e trazidas da Escola pelos seus familiares, como foi referido oralmente pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Açores, não consideram que a colocação de lombas redutoras de velocidade venha a acautelar devidamente a segurança das

peessoas que caminham pela estrada, ou pela berma, por não existirem passeios. -----

-----No entanto, atendendo a que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Açôres, também manifestou oralmente, interesse na colocação de lombas redutoras de velocidade, foi analisada a possibilidade de serem colocados dois redutores de velocidade, um de cada lado da passagem de peões. Foi também informado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Açôres, que as lombas redutoras de velocidade implicam sempre um aumento dos níveis de ruído nas áreas envolventes, e que de noite são sempre motivo de descontentamento dos residentes mais próximos. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que, uma vez que, a técnica refere na informação que não considera que a colocação de lombas redutoras de velocidade venha acautelar devidamente a segurança das pessoas que caminham pela estrada, ou pela berma, por não existirem passeios, considera que este assunto deveria ser encaminhado novamente para os serviços para uma nova análise, tendo também em consideração a colocação de passeios na referida área. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que a segurança das crianças é prioritária, e como tal, concorda com a colocação de lombas, nesse local. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a colocação de passeios não iria solucionar o problema, até porque, a própria escola está inserida num aglomerado urbano, sendo que, na sua opinião a colocação de lombas seria o mais adequado. -----

-----A **Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra, do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a colocação de dois**

redutores de velocidade, um de cada lado da passagem de peões, junto à Escola da Freguesia de Aldeia Rica.-----

-----**ASSUNTO: LICENÇA DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL EM LUGAR PRIVADO**-----

-----**Requerente: Floriano Pereira Nunes**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 174/2009, datada de 02/11/2009, referindo que pretende o requerente, o licenciamento de um lugar de estacionamento privado para o ano de 2010, na Rua Manuel dos Santos, Bairro de Santa Luzia, em Celorico da Beira, para o veículo com a matrícula 22-52-II. -----

-----Após deslocação ao local e encontrando-se esta zona de estacionamento com a área total de 19,87m² não delimitada com sinalização horizontal, apenas permanece espaço para o estacionamento de dois veículos ligeiros, pelo que, não se vê qualquer inconveniente em ser concedido um lugar de estacionamento privado no espaço solicitado pelo requerente, desde que, o lugar de estacionamento privado a autorizar tenha uma área de 9,05m² (3,35m x 2,70m). -----

-----Caso seja aprovado o lugar de estacionamento privado com a área de 9,05m², e tendo por base o Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, deverá o requerente proceder ao pagamento, face à tabela de taxas actualmente em vigor, de 1,62€/m²/mês, bem como, proceder ao pagamento dos custos inerentes à aquisição e colocação da respectiva sinalização (1 sinal H1a + Modelo 10 (matricula 22-52-II)) pelos serviços externos desta autarquia, no valor de 125,00€.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera que a informação que lhe foi prestada não é suficiente para analisar devidamente o assunto. Disse que na informação técnica não está esclarecido o porquê deste Senhor requerer o lugar de estacionamento, bem como, quantos utentes estão a utilizar a área de 19,87m². -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que é louvável que as pessoas que pretendem estacionamento privado, o requeiram e o paguem, mas irá votar contra esta proposta. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos e três votos a favor, aprovar o lugar de estacionamento privado para o ano de 2010, com área de 9,05m², devendo o requerente proceder ao pagamento, de 1,62€/m²/mês, bem como, o pagamento dos custos inerentes à aquisição e colocação da respectiva sinalização (1 sinal H1a + Modelo 10 (matrícula 22-52-II)), pelos serviços externos desta autarquia, no valor de 125,00€ -----

-----Declaração de voto de vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos**: ---

-----“Voto contra a pretensão do requerente, não pela pretensão em si, pois aí acho louvável e correcta, nos termos dos Regulamentos Municipais, mas sim, para que a mesma, tivesse que voltar de novo, caso tivesse sido chumbada, à reunião de executivo, para a votar favoravelmente. -----

-----Efectivamente seria útil e legalmente correcto que outras pessoas (requerentes) fizessem o mesmo. Refiro-me expressamente, e só para citar alguns, os casos dos estacionamentos na Praceta (Largo) Sacadura Cabral e dos passeios junto aos Cafés “Casulo” e “Torres”. -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO** -----

-----**Requerente: Laboratório de Análises Clínicas Arêlo Manso**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 182/2009, datada de 11/11/2009, referindo que tendo esta autarquia recebido um ofício do Laboratório de Análises Clínicas Arêlo Manso, a solicitar a viabilidade de dois lugares de estacionamento, um para deficientes e outro para uso do laboratório, na Rua 25 de Abril, em Celorico da Beira, informam que, após

deslocação ao local se verificou a impossibilidade de atender ao pedido do requerente. -----

-----Os lugares de estacionamento pretendidos teriam que ser no passeio. Ora, sabendo que os passeios são superfícies da via pública, em geral sobrelevadas, especialmente destinadas ao trânsito de peões e que ladeiam a faixa de rodagem (alínea n), do artigo 1.º, do D.L. n.º 2/98, de 3 de Janeiro – Código da Estrada), e que os veículos estacionados ou imobilização em cima dos passeios ou em zona reservada exclusivamente ao trânsito de peões, podem ser bloqueados e removidos (alínea d) do n.º 2, do artigo 164.º, do D.L. n.º 44/2005 de 23 de Fevereiro – Código da Estrada), não poderá a Câmara Municipal ir contra uma Lei Geral. Esta norma é ainda reforçada no n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, onde é referido que “No passeio ou noutros lugares da via pública reservados ao trânsito de peões, é proibida a circulação e o estacionamento de veículos de qualquer espécie.”

-----É solicitado também pelo requerente a alteração no posicionamento do lancil para facilitar o acesso a pessoas de mobilidade reduzida. Sobre o assunto, referem ainda que sendo esta Câmara Municipal um município integrado na Rede Nacional das Cidades e Vilas com Mobilidade para todos, poderão os serviços externos da autarquia, efectuar esse serviço. ----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Vereador Victor Santos** propôs que fosse solicitado aos Serviços Técnicos uma nova análise, uma vez que esta Clínica presta serviços a pessoas com mobilidade reduzida, sugerindo que, com uma alteração ao passeio poderia dar-se cumprimento à pretensão da requerente.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** concordou com o Senhor Vereador Victor Santos e referiu ainda, que deveria ser efectuado um estudo de todas as situações idênticas à exposta, na vila de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que deveria ser feito um levantamento topográfico, que culminasse num estudo de viabilidade sobre a existência de estacionamento e passeios, com o respectivo acesso a pessoas com mobilidade condicionada. Referiu que o passeio tem largura suficiente para dois ou mais estacionamento, de forma a fazer face às necessidades do Laboratório de Análises. -----

-----De seguida, propôs que os Técnicos: Carla Nabais, Ivo Borrego e José António, em conjunto, apresentem um estudo relativamente a este assunto. -----

-----Disse que até mesmo no protocolo assinado com a Associação APLLA, poderá estar já contemplada a situação requerida pelo Laboratório. Deu conhecimento de que nas várias requalificações que já foram feitas, aplicaram-se as directivas que constam do protocolo, sendo que, a Câmara já solucionou 50% das situações, tendo inclusive, o Município recebido a Bandeira de Prata da Mobilidade. -----

-----A Câmara deliberou remeter este assunto ao GTM, para que os Técnicos: Carla Nabais, Ivo Borrego e José António, em conjunto, apresentem um estudo que viabilize a existência de estacionamento e passeio para peões com o respectivo acesso a pessoas com mobilidade condicionada, devendo o mesmo ser presente à próxima reunião. -----

-----**III - JUNTA DE FREGUESIA DE PRADOS** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO** -----

-----Foi presente ofício n.º 201, datado de 06/11/2009, em nome da Junta de Freguesia de Prados, solicitando no âmbito do Festival da Castanha, um subsídio no valor de 2000€ (dois mil euros), para liquidação das despesas efectuadas com o referido Festival. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que o Festival da Castanha é um evento que visa promover um produto endógeno do concelho. É um Festival que além de promover este produto serrano, com maior predominância na freguesia de Prados, está inserido no desenvolvimento do produto turístico da região. -----

-----Disse que no ano passado, aquando da realização deste festival foram associados outros eventos, nomeadamente a inauguração do percurso pedestre da Aldeia Histórica de Linhares da Beira. -----

-----Disse que este ano e para que não seja repetitivo, dentro da estrutura do Turismo, será realizado o 2.º Encontro Micológico. Disse que a castanha é um produto rei e tem como objectivo elencar um volume de amostras na gastronomia, para confecção de vários pratos.-----

-----Referiu ser um evento modesto pela dimensão que tem, comparativamente com outros que existem no País, mas que seria salutar conseguir-se repetir o sucesso do ano passado, onde os produtores escoaram os seus produtos e houve uma forte adesão por parte dos turistas. -----

-----Disse que as unidades hoteleiras, designadamente as Casas de Turismo Rural, associaram-se a este evento, procurando dinamizar os seus estabelecimentos, através de descontos no alojamento. Considera que deveriam existir mais iniciativas destas, para que o turismo se desenvolva e contribua para o crescimento do Concelho. -----

-----Deu conhecimento de que o Departamento de Turismo da autarquia praticamente não existia, mas actualmente é dotado de quadros técnicos que desenvolvem um trabalho meritório nesta autarquia, procurando novas áreas de desenvolvimento. -----

-----Por fim, faz votos para que este Encontro Micológico seja coroado de sucesso e promova a gastronomia do concelho. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** considera que este tipo de divulgação deveria, primeiramente, ser presente a reunião de executivo. ----

-----De seguida, pretendeu saber quem organiza este evento, qual a sua duração e se este valor fará face a todas as despesas.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que este evento foi programado ao longo do ano, contudo não podem ficar à espera de uma reunião do Executivo, para ter continuidade, como é sabido a logística e programação destes eventos não se compadece com prazos tão largos, como são as reuniões de Câmara.-----

-----Informou que este evento irá realizar-se nos dias 21 e 22 de Novembro, que é realizado conjuntamente com a Junta de Freguesia de Prados e que o valor solicitado pela Junta está correctamente acautelado no orçamento e como é óbvio não se trata do custo total do Festival. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** desejou que o Festival da Castanha seja um sucesso. Disse que irá votar contra a atribuição deste subsídio, uma vez que sendo uma organização conjunta, as actividades deveriam estar orçamentadas. -----

-----Pretendeu saber se existe algum Regulamento para a atribuição de subsídios, uma vez que, não estão especificadas quais as acções para este subsídio. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que esta rubrica está já prevista no orçamento e que depois de aprovado em reunião de Câmara irá para orçamentação e cabimentação.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera esta explicação suficiente, no entanto, disse que este pedido deveria ser acompanhado de uma justificação. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o Festival da Castanha vai de encontro à divulgação de produtos endógenos da região e que se realiza na freguesia de Prados, porque é a freguesia “mãe” deste produto. --

-----De seguida, disse que o 2.º Encontro Micológico inclui um jantar no Lagar Municipal com a presença do Chefe Valdir Lubave, considerado um “*expert*” na confecção deste tipo de produtos, com reconhecido valor. -----

-----Relativamente à forma como foi solicitado o subsídio, frisou, novamente que, está contemplado em orçamento e que é um projecto com organização conjunta entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Prados, nos mesmos moldes de outros eventos que decorreram em outras freguesias do concelho. -----

-----Disse ainda, que o II Festival da Castanha irá também decorrer em todo o concelho, através dos restaurantes que aceitaram integrar o roteiro gastronómico. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou por maioria, com dois votos contra e três votos a favor, aprovar a atribuição de um subsídio no montante de 2000€, à Junta de Freguesia de Prados, para liquidação das despesas efectuadas com o referido festival.**-----

-----**Votaram contra os Senhores Vereadores Júlio Santos e Victor Santos e a favor os Senhores Vereadores José Luís, António Silva e o Senhor Presidente da Câmara.** -----

-----Declaração de voto de vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos:** ---

-----“Votei contra esta proposta de atribuição de subsídio de 2000€ à Junta de Freguesia de Prados, para a realização do Festival da Castanha, não porque esteja contra a iniciativa, mas sim, porque considero que essa verba é muito reduzida. Friso ainda, que só votei contra porque da discussão da proposta saiu a convicção de que a mesma iria ser aprovada pela maioria socialista, caso contrário teria naturalmente votado a favor. -----

-----Uma vez que a política do executivo é dar dimensão a este evento, desde já proponho que para o próximo orçamento se preveja uma verba de 50 mil €, a atribuir à Junta de Freguesia de Prados para a realização do 3.º Festival da Castanha, de modo a dar ao evento a grandeza que a freguesia e o evento merecem.-----

-----Caso a proposta não tivesse sido aprovada eu próprio solicitaria agendamento do mesmo assunto para a próxima reunião de executivo, e a atribuição de um subsídio de 5000€. -----

-----Este voto contra foi unicamente formulado para poder expressar a minha opinião no voto de vencido.” -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** no seguimento do 1.º Festival da Castanha congratulou o executivo na sua maioria socialista, pela implementação de este e de outros eventos a nível regional e nacional e desejar que este 2.º Festival seja coroado de êxito, já que esse é o propósito da autarquia. -----

-----Disse ficar perplexo pelo facto de se votar contra uma proposta de atribuição de um subsídio no valor de 2000€, porque não estava devidamente fundamentada, quando de seguida se propõe a atribuição de um subsídio no valor de 50 mil €, para o mesmo efeito.-----

-----Referiu que tem que haver coerência naquilo que se diz, que este executivo está a fazer o que fez anteriormente, ou seja, dar continuidade aos projectos e eventos. -----

-----Disse ainda, não entender como se pode dizer para economizar (creche), e de seguida propor a atribuição de um subsídio deste montante. -

-----Com base no n.º 3, do art. 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Senhor Presidente propôs que este assunto fosse aprovado em minuta. -----

-----**Posto a votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar este assunto em minuta.**-----

-----**IV - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: ACIDENTE DE SERVIÇO - Carlos Augusto Pinto Rocha**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente em serviço, ocorrido no dia sete de Novembro de dois mil e nove, pelas dezassete horas, referente ao funcionário Carlos Augusto Pinto Rocha, com a categoria de Assistente Operacional, tendo o Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber se na autarquia existem serviços de Higiene e Segurança no Trabalho e a existir, quem é o responsável.-----

-----Questionou também se já foi dado cumprimento ao preceituado no artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de Novembro, relativamente à análise dos acidentes de trabalho. -----

-----Solicitou cópia do registo do respectivo acidente, bem como, de todos os acidentes ocorridos no âmbito de Higiene e Segurança no Trabalho, de acordo com o n.º 2, do artigo 50.º, do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro.-----

-----Por fim, pretendeu também saber de que forma o Senhor Presidente da Câmara, pretende fazer chegar aos Vereadores as informações solicitadas em reunião de executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que os Senhores Vereadores se poderiam dirigir ao Gabinete de Actas, para levantar a documentação solicitada.-----

-----**V - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMT - PAULO MIMOSO UNIPessoal, L.da**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 03/11/2009, dando conhecimento de que foi requerido pela Sociedade – Paulo Mimoso Unipessoal L.da, com sede na Rua da Corredoura, Linhares da Beira, contribuinte fiscal n.º 507.055.985, a isenção do pagamento do Imposto Municipal, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 3, do art. 39.º - B, da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12/2006, alterada pelo Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de Junho.-----

-----Mais informa que a isenção pretendida pela requerente supra identificada, foi objecto de deliberação em Assembleia Municipal de 16/11/2007, ficando isentas do Pagamento de Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis as aquisições:-----

-----a) Por jovens, com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, de prédio ou fracção autónoma, de prédio urbano situado nas áreas beneficiárias, destinado exclusivamente a primeira habitação própria e permanente, desde que o valor sobre o qual incidiria o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados, acrescidos de 50%;-----

-----b) De prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afectos duradouramente à actividade das empresas. -----

-----A isenção requerida tem enquadramento legal nesta última alínea, por a requerente declarar que a aquisição dos dois prédios urbanos com inscrição na matriz predial de Linhares com os n.ºs 552.º e 575.º serão afectos a sede e estabelecimento comercial de forma duradoura e permanente.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** relativamente ao parecer jurídico referiu que o mesmo faz referência à alínea b), do n.º 3, do art. 39.º - B, da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12/2006, quando de facto o mais correcto seria

fazer referência ao n.º 4, do artigo 43.º, do Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de Junho. Disse que os processos não vêm com informação suficiente para que se possa efectuar uma análise correcta.-----

-----De seguida, fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Voto contra, porquanto o parecer jurídico não ser acompanhado da cópia da acta da Assembleia Municipal, bem como, se foi ou não requerido pelo requerente o estipulado no n.º4, do Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de Junho.”-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a aplicação dos benefícios fiscais relativos à interioridade foi proposto pela Câmara à Assembleia e aprovado por esta. A aplicação do estatuto dos benefícios fiscais é da responsabilidade das Finanças depois de aprovadas em reunião de Câmara, ou seja o processo não se esgota na deliberação de Câmara, tem continuidade na Repartição de Finanças, que fiscaliza e solicita os elementos necessários para aplicação da isenção. -----

-----A proposta que este executivo fez de aplicação dos benefícios fiscais teve como propósito captar investimento para o concelho, sendo que, as receitas referem-se na receita da autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** começou por dizer que esta informação é apenas um parecer jurídico, que não vem devidamente fundamentada pelo requerimento. Pretendeu saber, onde se localizam os edifícios e qual a sua utilização. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que o processo está legalmente instruído. Quanto à questão da identificação dos prédios, disse que na informação constam os artigos matriciais, e como tal, considera que os mesmos estão devidamente identificados. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que ao longo desta reunião foi referido a falta de documentação, mas, em todas as situações foi a mesma facultada, na mesa, pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

-----Relativamente a estes edifícios a Câmara age com base na boa fé do requerente. Em relação às outras questões, disse que as mesmas saem fora do âmbito das competências da Câmara. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** pretendeu saber se no processo existe alguma informação relativamente à licença de utilização dos edifícios. Disse que como o pedido é feito com base na boa fé, entende-se que esta Sociedade Unipessoal irá utilizar aquele espaço para instalação da referida sede. -----

-----Questionou o Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento da existência de um Regulamento para a Recuperação de Fachadas e Coberturas, na Aldeia Histórica de Linhares da Beira, que foi objecto de uma candidatura, com uma comparticipação de 75% e onde ficou acordado que os restantes 25% seriam da responsabilidade dos beneficiários. Pretendendo saber se a autarquia alguma vez solicitou o pagamento dessa tranche, por parte dos particulares. -----

-----Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** interpelou o Senhor Vereador Júlio Santos pretendendo saber em que ano foi aprovado esse regulamento, tendo sido respondido que, por volta do ano de 1997. -----

-----Perante esta resposta o Senhor Presidente da Câmara devolveu a pergunta ao Senhor Vereador, uma vez que era ele o edil que estava então à frente dos destinos da autarquia, pretendeu, também, saber se recebeu ou não dos beneficiários o montante relativo a esses 25%, porque ele enquanto autarca deste último mandato e do actual, desconhece que tenha entrado nos cofres da autarquia qualquer importância relativa a esse processo. -----

-----No entanto iria envidar todos os esforços para esclarecer até ao mais ínfimo pormenor este assunto, não se coibindo que imputar responsabilidades a quem de facto as detenha.-----

-----Declaração de voto de vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos**: ---

-----“Voto contra a pretensão da requerente porque me parece que esta deliberação se não é nula pode ser pelo menos anulável. Com efeito, a proposta não contém os elementos necessários que nos permitam concluir que a legalidade está salvaguardada.-----

-----Efectivamente, nos termos da proposta não se pode concluir que os edifícios dos quais se pretende isenção do imposto municipal, estejam em condições de a essa isenção poderem aceder.-----

-----Com efeito, não resulta qual o uso e utilização actuais dos edifícios, nem tão pouco quais os seus reais proprietários. Acresce que os referidos foram objecto de intervenção ao nível da recuperação de telhados e fachadas e dissonâncias ao abrigo de um Regulamento Municipal aprovado no âmbito da recuperação das Aldeias Históricas de Portugal. -----

-----Nos termos do referido Regulamento, os proprietários dos edifícios abrangidos comprometeram-se a pagar 25%, do total do investimento realizado. Ao que me é dado saber tal Regulamento nunca foi cumprido, pelo que, se a autarquia pretende isentar de imposto esta instituição, ao não dar cumprimento ao contratado, pode, indirectamente estar a dar um duplo benefício.-----

-----Solicita-se ao Senhor Presidente que dê execução aos contratos resultantes do Regulamento citado. -----

-----Solicita-se ainda, que seja solicitado parecer pelo GESPAR sobre a legalidade da alteração que ora se pretende levar a cabo nos referidos edifícios, porquanto os mesmos estão abrangidos por um plano de pormenor específico para a Aldeia Histórica de Linhares da Beira.” -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que esta declaração nada tem a ver com o pedido formulado pelo munícipe.-----

-----Disse que no anterior executivo em momento algum foi dado conhecimento do regulamento referido pelo Senhor Vereador e que também enquanto membro do Conselho Fiscal, da Associação das Aldeias Históricas de Portugal, em momento algum foi feita qualquer alusão à existência deste documento.-----

-----Propôs que todo este processo seja investigado pelo IGAL e outras entidades nomeadamente a CCDRC, desde a candidatura até ao encerramento do processo de cada pedido de pagamento, pedido de saldo e relatório de encerramento, no âmbito da declaração de voto do Dr. Júlio Santos.-----

-----**A Câmara nos termos do disposto na alínea b), do n.º 3, do art. 39.º - B, da Lei n.º 53-A/2006 de 29/12/2006, alterada pelo Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de Junho, deliberou por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Júlio Santos e Victor Santos, isentar do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), a Sociedade – Paulo Mimoso Unipessoal, L.da, com sede em Rua da Corredoura, Linhares da Beira, contribuinte fiscal n.º 507.055.985, referente a dois prédios urbanos com inscrição na matriz predial de Linhares com os n.ºs 552.º e 575.º.**-----

-----**VI - NOS TERMOS DO N.º 1, DO ART. 87.º, DA LEI N.º 169/99, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO**-----

-----**ASSUNTO: ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO NO VALOR DE 3,000,00€ À ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DE VILA BOA DO MONDEGO -**

-----Foi presente fax, datado de 11/11/2009, em nome do Senhor Vereador Júlio Santos solicitando nos termos do artigo 87.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o agendamento de uma proposta de deliberação, a fim de ser

discutida e votada, relativa à atribuição de um subsídio no valor de 3.000,00€, à Associação de Melhoramentos de Vila Boa do Mondego. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que esta proposta de deliberação vem na sequência de um ofício que foi enviado pelo Senhor Presidente da Associação de Melhoramentos de Vila Boa do Mondego, para a Câmara Municipal, o qual não obteve resposta, solicitando um subsídio para o pagamento de trabalhos imprevistos, nas obras do Lar. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís** disse não ter analisado devidamente o documento, uma vez que lhe foi entregue na própria reunião, mas pelo que analisou, não consta da mesma os fundamentos para a atribuição do referido subsídio, sendo que, o ofício nem sequer está assinado pelo Presidente da Associação. -----

-----De seguida, disse que o Senhor Presidente da Associação de Melhoramentos de Vila Boa do Mondego, não se dignou vir junto do Senhor Presidente da Câmara ou Executivo da Câmara e apresentar a referida proposta, concluindo que se trata de política barata.-----

-----Disse que os projectos para as Associações do concelho são sempre alvo de análise e rededobrada atenção por parte da autarquia, assim sendo convida o Senhor Presidente da Associação a expor o problema perante o Senhor Presidente da Câmara, até porque foram os técnicos do Município que efectuaram os projectos para a candidatura do Lar desta instituição. ----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que à semelhança do pedido do subsídio solicitado anteriormente, também irá votar contra. -----

-----Tendo em conta os estatutos das Associações, o Senhor **Vereador José Luís** solicitou que a Associação supra identificada, envie acta da

direcção onde foi deliberado solicitar este subsídio à Câmara Municipal de Celorico da Beira, para o fim mencionado.-----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com quatro votos contra e um voto a favor do Senhor Vereador Júlio Santos, indeferir a proposta de atribuição de subsídio no montante de 3.000,00€, à Associação de Melhoramentos de Vila Boa do Mondego.**-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** fez a seguinte declaração de voto: - -----

-----“Votei contra esta proposta apresentada pelo Dr. Júlio Santos, em primeiro lugar porque não consigo perceber em que qualidade se encontra, quando apresenta esta proposta, uma vez que no documento onde solicita a inclusão do ponto na reunião do Executivo, o Senhor vem identificado enquanto Vereador, mas no cabeçalho aparece a designação de advogado, bem como no *email*.-----

-----O segundo aspecto prende-se com o pedido de atribuição de subsídio por parte da Associação de Melhoramentos de Vila Boa do Mondego, onde não está referido qual a natureza do mesmo e onde não existe conhecimento de causa, através do documento apresentado pelo Senhor Vereador Júlio Santos.-----

-----Queria dizer que enquanto Vereador do anterior Executivo esta Associação fez uma candidatura a um programa para o financiamento de um Lar. Não sei se isto tem a ver directamente com a construção do Lar. O que eu conheço deste processo é que a Câmara Municipal disponibilizou os Serviços Técnicos para a elaboração desta candidatura e estudo da viabilidade económica deste e de todos os lares do Concelho. -----

-----Felizmente esta candidatura foi aprovada e até esta data nunca fui abordado por ninguém desta Associação, sobre a execução orçamental desta obra. No mínimo deveria ter havido essa aproximação de informação.-----

-----Houve financiamentos e desconheço a forma como foram feitos os pedidos de pagamento desta Associação. A candidatura tinha duas componentes, uma de financiamento e outra de auto-financiamento.-----

-----A Associação por declaração própria detinha bens de valor elevado, imobilizado e também matérias de construção em grande quantidade, que tinham sido oferecidos para aplicar na obra, elementos que foram considerados para a candidatura, resultando um rácio que levava a uma menor comparticipação financeira do programa.-----

-----Os pedidos de pagamento são constituídos por duas fracções: a primeira corresponde à percentagem da comparticipação do programa em termos de candidatura e a segunda corresponde ao pagamento de capitais próprios da própria instituição.-----

-----Desconheço a forma como decorreu o investimento e o acompanhamento da obra, não sei se a Associação tem o processo encerrado, desconheço também a existência de responsabilidades financeiras da Associação perante organismos públicos ou fiscais, assim o meu voto contra é substanciado na forma, no conteúdo e na justificação do solicitado.”-----

-----Declaração de voto de vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos**: ---

-----“Mesmo votando a favor numa proposta por vezes sai-se vencido, neste caso por quatro a um, daí a razão de ser da minha declaração, é sintomática a forma como a maioria socialista neste executivo pretende conduzir a política de desenvolvimento do concelho, casuística e diferenciadamente.-----

-----Naquilo que lhes convém as propostas de deliberação não têm qualquer informação para que os Vereadores da oposição possam votar esclarecidos e em consciência. Estamos neste órgão para respeitar a vontade soberana do povo, não pretendendo sobrepormo-nos à mesma, mas exigindo um rigoroso cumprimento da lei e dos regulamentos em vigor.-----

-----Aprovar uma proposta de subsídio de 2000€, sem saber para quê ou reprovar uma atribuição de subsídio de 3000€, mal sabendo para quê, para os Senhores Presidente e Vereadores da maioria socialista é a mesma coisa.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** votou contra a proposta e frisou que indo de encontro ao dito pelo Senhor Vereador Júlio Santos, casuística e diferenciadamente, a Associação de Vila Boa do Mondego, beneficiou de uma candidatura ao programa PARES, executada no seu total pela autarquia de Celorico da Beira. -----

-----Quanto à deliberação da Direcção da Associação a solicitar o referido subsídio disse que a mesma deveria ser entregue na autarquia no prazo máximo de vinte e quatro horas. -----

-----Relativamente ao pedido de subsídio de 3000€, disse que este assunto está relacionado com o encerramento de um programa e que o mais provável é que esteja ainda por concluir e assim sendo poderia a autarquia estar a incorrer em ilegalidades, ou duplo financiamento, tal como o Senhor Vereador Júlio Santos, tão bem, fez questão de lembrar relativamente à situação da candidatura de Recuperação de Coberturas e Fachadas, em Linhares da Beira, pelo que não queremos de modo algum comungar com este tipo de situações, porque esta autarquia é uma pessoa de bem e não convive com ilegalidades -----

-----Quanto à aprovação do subsídio de 2000€, pensa que está mais do que esclarecido, mas frisou que o mesmo estava aprovado em orçamento, como já foi referido. -----

-----**FIXAÇÃO DE VEREADOR NOS TERMOS DO N.º 2, DO ART. 58.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18/9, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO**-----

-----Ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 58.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1, pelo Senhor Presidente foi presente uma proposta que se apensa a esta acta

(anexo II), referida em epígrafe, no sentido de a Câmara Municipal aprovar a inclusão de um Vereador em regime de permanência, sem exclusividade, designado o Senhor Vereador Dr. António Graça Silva, para o exercício dessas funções. -----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a proposta apresentada.** -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu ter votado contra esta proposta, pelo facto de aquando da instalação da Câmara Municipal existir apenas um vereador a tempo inteiro, e não se tendo registado qualquer alteração no funcionamento da Câmara Municipal e nos Serviços Camarários, pretendeu saber qual a razão, de se incluir mais um vereador em regime de permanência sem exclusividade. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram treze horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----

